

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS HUMANAS

MARIA DOS MILAGRES TRINDADE SILVA

**INCLUSÃO DOS ESTUDANTES DEFICIENTES FÍSICOS NAS ESCOLAS DO  
BAIRRO SÃO PEDRO DO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA**

CODÓ  
2017

MARIA DOS MILAGRES TRINDADE SILVA

**INCLUSÃO DOS ESTUDANTES DEFICIENTES FÍSICOS NAS ESCOLAS DO  
BAIRRO SÃO PEDRO DO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Humanas, com habilitação em História, da Universidade Federal do Maranhão Campus VII Codó como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Ciências Humanas - História.

Orientador: Professor Mestre Luís Henrique Serra

CODÓ

2017

Silva, Maria dos Milagres Trindade.

INCLUSÃO DOS ESTUDANTES DEFICIENTES NAS ESCOLAS DO  
BAIRRO SÃO PEDRO DO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA / Maria dos  
Milagres Trindade Silva. - 2017.

50 p.

Orientador(a): Luís Henrique Serra.

Curso de Ciências Humanas - História, Universidade  
Federal do Maranhão, Codó, 2017.

1. Acesso Escolar. 2. Deficiência. 3. Educação  
Especial. 4. Educação Inclusiva. I. Serra, Luís

Henrique. II. Título.

MARIA DOS MILAGRES TRINDADE SILVA

**INCLUSÃO DOS ESTUDANTES DEFICIENTES FÍSICOS NAS ESCOLAS DO  
BAIRRO SÃO PEDRO DO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Humanas, com habilitação em História, da Universidade Federal do Maranhão Campus VII Codó como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Ciências Humanas - História.

Orientador: Professor Mestre Luís Henrique Serra

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Luís Henrique Serra (UFMA)  
(orientador)

---

Prof. Ma. Kelly Almeida de Oliveira (UFMA)  
(examinadora 1)

---

Prof. Dra. Liliâne Faria Corrêa Pinto (UFMA)  
(Examinadora 2)

A Deus, aos meus familiares e colegas da Universidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por me ajudar a superar todas as dificuldades e os obstáculos encontrados nessa jornada até chegar aqui; a minha família pelo apoio e compreensão; a meu orientador, que tanto me ajudou com paciência, leveza e disciplina e aos amigos pelo incentivo e carinho. Agradeço também professoras Kelly Almeida e Liliane Corrêa pela leitura deste trabalho e pelas contribuições para que ele melhorasse.

## **INCLUSÃO**

*Vim de longe, passei por muitos lugares;  
Carreguei navios, enchi muitas fornalhas de lenhas,  
Cortadas por mãos calejadas  
De pilar o arroz,  
De limpar casas dos coronéis;  
Mãos calejadas das labutas em lavouras de senhores dos engenhos.  
Vim de muito longe,  
Vim sem nada,  
Sem vontade, forçada,  
Vim sem sonhos, sem rumo;  
Vim e já fiz história, já fiz memória,  
Que já faz sonhar, lutar, vencer,  
Perder e continuar;  
Vim, fiquei, sofri, vivi, morri,  
Sonhei, realizei sim, as vezes não  
Vim e passei e fiquei;  
Vim PRETA;  
Virei MULATA;  
Fiquei CABOCLA;  
Mas serei;  
Serei sempre NEGRA.  
(Maria dos Milagres Trindade Silva)*

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO: ALGUNS PONTOS A DISCUTIR.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1. Deficiência e Escola.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2. Breve histórico da educação especial no Brasil e no Maranhão.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3. A Inclusão – Ideias, situações e pensamentos pedagógicos.....</b>	<b>19</b>
<b>3. RECOLHA DE DADOS.....</b>	<b>28</b>
<b>3.1. Informações sobre as pessoas com deficiência.....</b>	<b>29</b>
<b>3.1. Fichas das escolas visitadas.....</b>	<b>30</b>
<b>4. DISCUSSÕES E RESULTADOS.....</b>	<b>31</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>
<b>Apêndice A.....</b>	<b>49</b>
<b>Apêndice B.....</b>	<b>50</b>

## RESUMO

Esta pesquisa é uma investigação sobre a presença de pessoas com deficiência nas escolas do bairro São Pedro. A pesquisa foi feita por meio de pesquisas de campo e bibliográficas com as quais foi possível fazer um levantamento da situação das pessoas deficientes no bairro São Pedro. A pesquisa constitui-se por meio de visitas às escolas e entrevistas com professores e moradores do bairro com deficiência física, mental e intelectual. A pesquisa teve como base teórica estudos que discutem a situação das pessoas com deficiência e estudos que discutem a inclusão escolar, dentre esses, os de Quixaba (2015), Mendes (2010) Sant´Ana (2005), Maria Teresa, Eglér Mantoan entre outros e as leis internacionais e nacionais que garantem o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na educação formal. O presente trabalho tem por objetivo entender o porquê de as pessoas com deficiência não estarem em sala de aula e se as escolas têm condições para receber alunos com deficiência, tendo em vista sua estrutura e seu quadro de funcionários. Os resultados mostram que existem muitas pessoas com alguma deficiência têm desejo de participar do ambiente escolar, mas, devido à estrutura e os despreparos dos professores em lidar com pessoas com alguma deficiência, sentem-se excluídas da escola. Esse despreparo da escola acaba por refletir no público de pessoas com alguma deficiência em forma de exclusão em outros espaços sociais, como o mercado de trabalho e outros espaços sociais e econômicos. Com as pesquisas, surgiram diversos questionamentos sobre a qualificação profissional, estrutura física das escolas e as expectativas das pessoas com deficiência, questões que são discutidas ao longo do trabalho.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Deficiências. Acessibilidade.

## ABSTRACT

This is a research about the presence of handicapped people in schools of São Pedro neighborhood. The research was made by in locus and bibliographer search by means of they were possible make a database of situation of people with special needs in São Pedro neighborhood. The research was made by visits to schools and by interview with teachers and dwellers those have physical and intellectual special needs. The research has with theoretical base studies that discuss the situation of handicapped people and studies the school inclusion, between them, studies as the study of Quixaba (2015), Mendes (2010), Sant´Ana (2005) and others, beyond the national and international laws the ensure the people with special needs access and permanence in formal education. The present study has the mean objective to understand the why handicapped people not be in class and if the schools have condition to receive these studies, specially, if it considering they structure and employee board. The result of this study shows that there is a lot of people with special needs and these people have the wish to participate to scholar ambient, but, because of structure and the unprepared of the teachers to live with handicapped people, these people fells excluded from the school. This unprepared of school to lead with people with special need reflect in handicapped people by the exclusion from the others social spaces, like job market and other social and economic spaces. With this study, it brings some questions about the professional qualification, the school physical structure and the people with special needs expectative, theses and others questions are discussed in this work.

**Keywords:** Include Education. Deficiency. Special Education. Access to school

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda o atendimento de pessoas com deficiências pelas escolas municipais do bairro São Pedro, do município de Codó - MA, para saber se esses indivíduos são atendidos pelas escolas do bairro e se as escolas têm capacidade para o acolhimento e atendimento educacional dos alunos com deficiências. Escolhemos o bairro São Pedro tendo em vista o número de escolas e de pessoas com deficiência e por ser de fácil localização geográfica para seus pesquisadores, e para ser objeto desta pesquisa pessoas com deficiência. Diante dessa situação, surge a necessidade de saber qual o fator que condiciona a saída dessas pessoas do ambiente escolar e, conseqüentemente, de outros âmbitos da sociedade.

Nesse sentido, é importante atentar para o fato de ser a escola a base para que o indivíduo esteja preparado para ter um bom desenvolvimento profissional dentro da sociedade em que vive. É através da escola que se adquire conhecimento básico e se cria relações sociais e culturais para que se tenha acesso a bens culturais das diferentes sociedades. Nesse sentido, as pessoas com deficiência não devem receber tratamento diferente. Essas pessoas, além de educação, necessitam ainda de especialistas que trabalhem de modo a desenvolver, a depender da deficiência, de forma individual cada aluno deficiente, tendo em vista o caráter especial desses alunos.

Segundo Alves e Barbosa (2006), para fazer uma educação inclusiva, é necessário ser solidário com a causa, além disso, ter coragem para lutar em prol de melhorias. É preciso fazer da escola um ambiente acolhedor e incapaz de cobranças que, de certa forma, são discriminatórias, pois, quando cobra uma normalidade do aluno, a escola acaba querendo enquadrá-lo nas normas que ela impõe, sem se dar conta das necessidades do aluno deficiente.

Nesse sentido é importante lembrar que, inclusão escolar é uma construção coletiva, não se faz inclusão sozinha, é um processo que todos envolvidos devem lutar com o objetivo de possibilitar maneiras com as quais o deficiente seja incluindo no sistema de aquisição de conhecimento. E falando, sobre escolas do Bairro São Pedro, diante das informações colhidas e com os dados dessa pesquisa, observamos que essas escolas não se enquadram no que se entende por educação inclusiva. Ao ponto que as mesmas não estão preparadas para fazer acontecer a proposta da educação inclusiva.

O tema é de suma importância para a atualidade, tendo em vista que as pessoas com deficiência têm buscado, cada vez mais, o direito de participar de atividades comuns da sociedade. Além disso, é importante lembrar que há um grande número de pessoas com deficiência em toda a cidade de Codó, e não é diferente no

Bairro São Pedro. A quantidade de deficientes na cidade de Codó não é o problema maior a ser abordado neste trabalho, mas saber o porquê dessas pessoas não fazerem parte do meio educacional público e regular da cidade em que vivem. Nesse sentido, cumpre saber como as escolas estão trabalhando para que as pessoas se sintam acolhidas no sistema educacional municipal.

O tema proposto pretende provocar alguns questionamentos sobre o papel e o lugar do deficiente dentro da sociedade codoense. O interesse pela pesquisa surgiu a partir da observação de pessoas com deficiência no bairro São Pedro no município de Codó – MA, e o porquê delas não frequentarem a escola, já que existem tanto as escolas como as pessoas deficientes. Outro ponto importante é a necessidade, como futura docente, de saber como as escolas públicas têm incluído os alunos com deficiência. Esse trabalho deverá expor, mesmo que de forma rápida e localizada, um retrato da inclusão escolar das escolas do bairro São Pedro. Além disso, o trabalho visa contribuir para chamar a atenção dos setores competentes (públicos e privados) para que se volte ao cidadão deficiente de forma que melhorem a vida social e profissional desse público, que, historicamente, passa por inúmeros problemas e exclusão, ao mesmo tempo lembrar a importância de incentivar outras pesquisas nos demais bairros ou até mesmo na cidade como todo a fim de, obter-se um retrato total da realidade do município.

Este trabalho alavancou um Objetivo Geral, selecionamos alguns objetivos específicos deste trabalho.

- ✓ Identificar quais as escolas públicas do bairro São Pedro possuem alunos com deficiência;
- ✓ Registrar as condições físicas e metodológicas que as seis escolas do bairro São Pedro;
- ✓ Discutir o que os profissionais têm feito para a inclusão de alunos com deficiência nas escolas do município;
- ✓ Verificar se os docentes das escolas pesquisadas se veem preparados para lidar com os alunos deficientes do município.

Partimos do pressuposto que as escolas municipais, sediadas no bairro de São Pedro, não têm condições físicas e profissionais para atender o público de pessoas em idade escolar e fora dela na escola e isso se reflete em outras inclusões, como a inclusão no mercado de trabalho, nas ruas, em festas etc.

Espera-se com esse trabalho fomentar uma discussão sobre a inclusão nas escolas do município de Codó e o preparo dessas escolas para tanto, tendo em vista que a inclusão de pessoas deficientes é obrigatório por força de lei e por isso e por outras questões, deve ser feita de modo que respeite os limites desses indivíduos.

O trabalho está organizado na seguinte forma: No início, temos a introdução que vem norteando os pontos principais desenvolvidos ao longo da pesquisa; Já o segundo capítulo vem tratar do tema “deficiência e inclusão: alguns pontos a discutir”, onde trato das discursões a respeito da educação inclusiva tais como: deficiência e escola, um breve histórico da educação no Brasil e no Maranhão e a inclusão: ideias, situações e pensamentos pedagógicos; Na terceira parte do trabalho, abordaremos a temática metodológica, onde é colocado os objetivos e o modo como o trabalho foi desenvolvido. Nesta parte trazemos também os dados e resultados das entrevistas feitas e do questionário aplicado.

## **2. DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO: ALGUNS PONTOS A DISCUTIR**

Nesta parte do trabalho, apresentamos algumas discussões e ideias que têm permeado o campo da Educação Inclusiva. Primeiramente, trataremos da deficiência dentro da sociedade e como a ideia da deficiência tem mudado ao longo da história, tanto na sociedade quanto nas instituições sociais. Logo após, apresentamos alguns pontos da discussão sobre a deficiência e o ambiente escolar.

### **2.1. Deficiência e Escola**

Ao longo do tempo, percebem-se alterações no conceito de deficiência que são, em sua maioria, negativas. As pessoas, muitas vezes, de forma voluntária ou não, acabam discriminando as pessoas com deficiência de modo velado ou até explícito pela simples condição física ou psíquica que a pessoa se encontra ou porta. Pessoas com deficiência sofrem preconceitos desde um simples olhar até o uso de palavras pejorativas ou apelidos que menosprezam suas vidas por causa da deficiência. Alguns termos relacionados aos deficientes para nomear são ao todo uma forma de discriminar a pessoa tanto no contexto social quanto no cultural. São exemplos disso, as palavras “coxo”, “retardado”, “aleijado”, “ceguinho”, entre tantos outros, que ferem a dignidade e o psicológico desses sujeitos.

Avanços significativos surgiram ao longo dos tempos que favoreceram a melhoria de vida social e cultural das pessoas com deficiência, mas esses ainda são discretos ao se comparar com a discrepância que é a forma massificadora e preconceituosa das pessoas ditas como normais. A trajetória histórica de mudanças de conceitos com relação às pessoas com deficiência leva a questionamentos acerca de como a sociedade vê, julga e concebe as pessoas com algumas deficiências. A escola, como espelho da nossa sociedade, não fica de fora dessa concepção e desse julgamento popular. Nesse sentido, tem-se que,

Acredito que as várias terminologias usadas evidenciam concepções controversas com a realidade atual, mas, na Antiguidade, por exemplo, elas eram ignoradas e eliminadas da forma mais bárbara possível. Em Roma, pessoas com deficiência eram vistas como detentoras de limitações funcionais, assim, poderiam ser descartadas. Na Idade Média, foram surgindo conceitos como caridade, estigma e libertação pecados, os quais entendiam que os doentes físicos, surdos e cegos, não mais deviam ser exterminados, pois nessa época já eram considerados criação de Deus, por isso passaram a merecer outro tipo de atenção. Contudo, continuavam impedidos de participarem dos rituais da Igreja e dependiam da caridade dos mais sensíveis para sobreviver (QUIXABA, 2015, p.19).

Nesse sentido, é possível entender o porquê dessas pessoas com deficiência enfrentarem sérios problemas ao requerer seus direitos nos mais diferentes espaços sociais, inclusive, o espaço educacional. Esses direitos são desrespeitados ou, muitas vezes, negados às pessoas. Ao falar de inclusão, nos deparamos com grandes desafios, tanto na estrutura governamental quanto nos problemas cotidianos. Além disso, uma pessoa com deficiência é considerada um incapaz e o mais lamentável é saber que essa cultura foi repassada e é utilizada até mesmo no campo educacional.

No entanto, mesmo com todo o preconceito social rondando a vida dessas pessoas, a ciência tem buscado modos de educar as pessoas com relação ao aspecto social das pessoas deficientes. Nesse sentido, Sant'Ana (2005) afirma que a declaração de Salamanca, de 1994, alavanca vários estudos sobre a problemática da educação inclusiva. Os fundamentos da Educação Inclusiva estão baseados nas Leis de Diretrizes e Bases e na própria Declaração de Salamanca e esses fundamentos têm encontrado espaço nas salas de aula e na própria formação dos professores que atuam nelas. No entanto, é importante frisar, nesse sentido que muitos professores têm uma formação baseada somente na teoria, enquanto que a prática pedagógica e o contato direto com esses alunos deixam clara a necessidade de preparação para a prática do ensino de indivíduos com deficiência e, sendo assim, mais uma vez, temos a eterna problemática da conjunção teoria e a prática. A essa problemática, é importante acrescentar, se avoluma muito mais quando se pensa na inclusão escolar de pessoas deficientes.

No entanto, a Educação Inclusiva vem provocando grandes discussões e polêmicas dentro do sistema de ensino sendo um tema bastante abordado por pesquisadores e muito discutido pela comunidade escolar. Nesse sentido, muitos têm sido os conceitos de educação inclusiva, para Mendonça (2015), educação inclusiva é um modo de incluir alunos com diferentes formas de deficiência, sejam elas física, motora ou intelectual na rede pública de ensino regular. O conceito de educação inclusiva surge com a Declaração de Salamanca de 1994, no qual é defendida a ideia de as crianças aprenderem juntas, independentemente de suas limitações. Baseado nessa Declaração, As Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL 2010), do Ministério da Educação organiza a deficiência dos alunos em dois grandes grupos:

2. Educandos que apresentam necessidades educacionais especiais são aqueles que, durante o processo educacional, demonstram:

2.1. Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

2.1.1. – aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

2.1.2. – aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiência. (BRASIL, 2001, p.39-40).

A ideia de juntar pessoas com algumas deficiências com pessoas que não portam, a princípio, traz o conceito de justiça e igualdade para dentro da escola. De um lado, é muito positiva essa integração, pois, as crianças juntas num mesmo espaço lidam com uma diversidade de ideias, culturas e comportamentos social. Por outro lado, existem muitas dificuldades para a escola receber tal aluno, já que a escola, na grande maioria das vezes, não está preparada, devido à flagrante condição das escolas. A educação especial, para sua concretização, requer grandes transformações no ensino regular e especial que devem ser feitas dentro e fora do ambiente da escola, mudanças essas que vão além de um espaço adequado ou um professor carinhoso, requer transformações no método de ensino, na formação do professor e na estrutura da própria escola. Nesse sentido, fica claro que, para uma Educação Inclusiva é necessário fazer uma adequação da escola às diversas necessidades dos alunos; a escola deve estar preparada para supri-las ao ponto de atendê-los de acordo com sua necessidade, e não esperar que alunos deficientes sejam capazes de uma auto-modificação para se adequar à escola.

A escola tem como função a divulgação do saber. Ela é um fio condutor que liga o conhecimento ao aluno de forma dinâmica, é uma transferência do saber transmitido mutuamente entre aluno e educador. Apesar de a escola ter a função da transmissão de conhecimento e de informar, o sistema educacional formal, Mendes (2010), lembra que, desde o período colonial, a educação vive num descaso, ela não favorece os aparatos necessários para que se tenha em plenitude uma educação satisfatória, que dê ao aluno possibilidades e autonomia suficiente ao passo que este esteja preparado para uma vida profissional sem que careça de outros aparatos ou cuidado, ou seja, a escola deve estar preparada para dar independência aos alunos, sejam eles deficientes ou não.

Buscando entender um pouco mais sobre a trajetória da educação inclusiva no Brasil, recorre-se à história para entender mais como o fenômeno da educação tem se modificado no Brasil e no Maranhão.

## 2.2. Breve histórico da educação especial no Brasil e no Maranhão

É importante lembrar que os povos antigos trataram as pessoas deficientes como marginalizados, alguém incapaz de desenvolver e realizar atividades por mais simples que seja. Para a Igreja antiga eram pessoas amaldiçoadas por Deus, que carregavam pecados de seus antepassados e por isso deveriam ser eliminados de forma cruel e sem culpa. Foi com certa mudança de mentalidade que o quadro veio se modificar.

Mendes (2010) explica que, no Brasil, a educação especial surge em meados do século XIX, em detrimento da experiência europeia do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, sob a coordenação de Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, sob a coordenação do mestre francês Edouard Huetda. A educação especial foi criada com a ideia de que não é diferente da “normal”, principalmente, quando se refere ao descaso que assola a educação como todo. Com a educação de deficientes, o problema torna-se mais agravante, principalmente porque aos alunos com deficiência necessitarem de um atendimento especializado e muitas vezes individual.

Em 1857, foi criado o Instituto dos Surdos-Mudos, que ficou conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), com isso, obteve-se um avanço no Brasil no que se refere ao desenvolvimento de educação para deficientes.

A partir de 1958 o Ministério de Educação começou a prestar assistência técnica-financeira às secretarias de educação e instituições especializadas, lançando as campanhas nacionais para a educação de pessoas com deficiências: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 1957; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais (CNERDV), em 1958; Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental (Cademe), em 1960. Enquanto isso se intensificava o debate sobre a educação popular, a reforma universitária e os movimentos de educação popular. (MENDES, 2010, p. 99)

No Maranhão, Carvalho e Bonfim (2016) informam que a educação especial só foi oficializada nos anos 1960, quando alunos com deficiência puderam frequentar a escola formal mesmo que estes estivessem em classe especial. Desse modo:

A implantação e expansão dos serviços de Educação Especial no Maranhão seguiram as diretrizes políticas nacionais com a predominância da criação de classes especiais na rede pública estadual, e de um setor específico na estrutura do órgão responsável pela educação. A oficialização dos serviços dessa área no final da década de 1960 indica a tendência para a integração, perspectiva dominante nessa época que preconizava o atendimento em ambiente o menos restritivo possível, com a criação de classes especiais nas escolas comuns. Também podemos observar a participação expressiva das instituições filantrópicas na Educação Especial maranhense. (CARVALHO e BONFIM, 2016, p.177)

O grande marco da Educação Especial no Maranhão foi a criação do Projeto Plêiade. Através dele, buscou-se e ampliam-se alternativas para o ensino de pessoas com deficiência no Estado com a abertura das classes especiais dentro da rede pública de ensino. Apesar de não suprir todas as necessidades e tão pouco atender a todo contingente, o projeto objetiva não só a educação, mas, também, sociabilidade das pessoas com deficiência e, além disso, abre caminhos e iniciativas pertinentes à temática.

Na década de 60, mais precisamente em 1962, 1964, 1966 e 1969, podem-se indicar os trabalhos iniciais em Educação Especial no Maranhão. As duas primeiras referências (62 e 64) são da iniciativa privada, uma classe para alunos deficientes mentais e auditivos e outra para deficientes visuais que resultou na criação da Escola de Cegos do Maranhão (MARANHÃO, 1991b). Em 1966, o atendimento a alunos deficientes auditivos é iniciado no âmbito da educação pública, e em 1969 a Portaria n° 423/69 criou o Projeto Plêiade de Educação de Excepcionais, subordinado ao Departamento de Educação Primária, da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, marcando o início oficial da Educação Especial da rede pública no Estado do Maranhão. (CARVALHO; BONFIM, 2016, p. 177)

Desde a fundação da educação especial até os dias de hoje, tivemos avanços significativos no desenvolvimento de alunos com deficiência no Estado. Avanços esses que ainda são insuficientes, mas que vêm contribuindo, mesmo que seja apenas para uma pequena parcela das pessoas com deficiência da sociedade maranhense, tem sido um crescimento importante na educação.

No período entre 1950 a 1959 houve maior expansão no número de estabelecimentos de ensino especial para portadores de deficiência intelectual. Jannuzzi (1992) identificou cerca de 190 estabelecimentos no final da década de cinquenta no país, dos quais a grande maioria (cerca de 77%) eram públicos e em escolas regulares. Em 1954, é criada a primeira escola especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no Rio de Janeiro, sob influência do casal de norte-americanos. (MENDES, 2010, p. 98)

Esse período de expansão contribuiu para o avanço educacional de pessoas deficientes devido ao crescimento de locais para o ensino de tais pessoas e pela criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), pois, através da APAE, surgiu à primeira escola especial.

Após a promulgação da LDB de 1961 começaria a ser observado o crescimento das instituições privadas de cunho filantrópico. Em 1962, por exemplo, havia 16 instituições apaeanas e foi criado então um órgão normativo e representativo de âmbito nacional, a Federação Nacional das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), (FENAPAES), que realizou seu primeiro congresso em 1963.6 Em 1967 a Sociedade Pestalozzi do Brasil contava com 16 instituições espalhadas pelo país. (MENDES, 2010, p.99)

Na década de 70, a educação especial chega a alguns municípios do interior do estado, não sabendo ao certo quais foram os municípios contemplados, mas Codó pode ser sido um dos primeiros, devido já possuir profissionais capacitados para o trabalho com alunos com deficiência (CARVALHO; BONFIM, 2016).

### **2.3. A Inclusão – Ideias, situações e pensamentos pedagógicos**

A inclusão escolar não é um tema a ser tratado somente por professores e gestores, esse deve ser um problema de toda a comunidade escolar e sociedade como um todo. É necessária uma política pública voltada para si de modo a perceber as suas necessidades primordiais, onde governantes estejam com olhar voltado para o deficiente e que trabalhem unindo as forças, pois o fazer inclusão deve ser uma tarefa em conjunto, de construção sem distinção de modo a atender todos os deficientes quaisquer. Como cita Mantoan 2006,

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz que a identidade do aluno seja ressignificada. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. (MANTOAN, 2006, p.192).

Segundo Quixaba (2015), o processo de socialização é algo vivido pelo indivíduo, dessa forma, conteúdos e instrumentos são características da cultura tendo sempre uma mediação entre indivíduo e cultura, no entanto, não existe nenhuma pessoa sem cultura. Ao longo dos tempos, a culturas sofre alterações, dessa forma, podemos mudar essa imagem da deficiência que ficou marcada pelo preconceito. Quanto mais se empenhar esforços para as mudanças de modo a melhorar a vida das pessoas com algum tipo de deficiência mais rápido será possível transformações.

Com essa diferenciação começa um desnivelamento dentro da sociedade e as pessoas com deficiências fazem parte desses grupos de excluídos. Assim, neste contexto de exclusão, a Lei apresenta garantias de atendimento como, por exemplo, na “Conferencia Mundial sobre a Educação para todos: Satisfação das Necessidades Básica de Aprendizagem, em Jomtier, na Tailândia, em 1990”. Uma ideia defendida foi à universalização da educação principalmente a grupos historicamente excluídos.

Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente. Então como conclui Santos (1995), é preciso que tenhamos o

direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza. (MANTOAN,2006, p.193)

Todos têm o direito de ser o é e assim deve ser respeitado sendo “normal” ou “diferente” Se a igualdade não é suficiente para atender as demandas necessárias da pessoa, ser diferente é uma opção a qual o portador ou não de necessidade especial tenha para que possa usufruir de sua vida.

A Conferência transforma ainda a ideia de igualdade para equidade, a igualdade, às vezes, pode ser injusta. Fazer uma educação de qualidade exige grandes investimentos e é nesse ponto que igualdade para todos não significa qualidade de atendimento para todos. Se não houver políticas públicas que garantam investimentos educacionais, não é possível acabar com o contexto de excluídos no sistema educacional.

Conquistar direitos é um bom avanço, mas, além de garantir certos benefícios, é preciso que haja conquistas que atendam as necessidades mínimas no ensino-aprendizagem dos alunos de forma que eles atinjam níveis qualitativos equiparados aos demais.

No Brasil, percebe-se uma extrema carência no que se refere à oferta de serviços para as pessoas com deficiências. Segundo o documento da Conferência Mundial sobre educação para todos, (1990), a pessoa e a família têm direitos de escolher a melhor forma de ensino, mas o governo se mantém omissivo quanto a essas necessidades, impossibilitando esses mecanismos educacionais para esses grupos, que, na maioria das vezes, não são assistidos porque o que é oferecido não atende as necessidades do deficiente.

A educação é de suma importância para que o indivíduo adquira conhecimento e liberdade dentro de uma sociedade excludente e cruel. É através da educação que cada pessoa se torna capaz de lutar contra essa dominação sociocultural que torna o indivíduo um ser incapacitado de transformar o meio e a sociedade em que vive. A educação abre caminhos de modo a contribuir de forma satisfatória o domínio do saber. Ela possibilita o esclarecimento das ciências como um todo abrangendo a mente e ampliando conhecimentos (QUIXABA, 2015).

Mantoan (2006) afirma que:

A escola é a instituição por intermédio da qual a criança se introduz no mundo público, e daí o papel do Estado em relação a todas elas. A família cabe o dever de garantir à criança o que é típico do domínio privado do lar, e ao Estado cabe garantir o direito indispensável da criança à educação escolar,

pois é ela que faz a transição entre essas duas vidas. (MANTOAN,2006, p.185)

É através da escola que a criança é inserida na sociedade desenvolvendo suas aptidões, desse modo o Estado deve garantir a entrada e permanência desses alunos no ambiente escolar, dando condições necessárias para que o aluno desempenhe seu aprendizado de forma satisfatória. E a família que forma o tripé de base desse aluno junto ao Estado e a escola, além de garantir os direitos e as condições de bem estar no cotidiano do lar, deve buscar os direitos que lhes são garantidos pela Constituição Federal e pelas Diretrizes e Bases da Educação Especial.

Ao se acolher um aluno com alguma deficiência, se acolhe também diferenças culturais pertinentes que estão atrelados ao seu modo de vida dentro da sociedade. A escola deve estar atenta à diversidade de seus alunos para valorizar e enriquecer culturalmente o ambiente e a sociedade. Pois, quando se alerta aos diversos contextos de uma sociedade, se democratiza e dá oportunidades para o crescimento sociocultural do cidadão. É importante pensar que um dos papéis da escola é ensinar a democracia, mas, ao tratar seus alunos de forma homogênea, acaba por não cumprir sua função de origem. Tratar alunos de forma igualitária descaracteriza o indivíduo, pois cada um possui capacidades ou ainda um olhar diferente da cultura. Perceber as diferenças é valorizar o que cada aluno tem de melhor e evidenciar suas culturas enquanto indivíduo social.

Quixaba (2015), diz ainda que se o indivíduo é parte da sua cultura, não importa suas particularidades ou condições físicas, ele sempre estará inserido no meio social. Para se superar tantas necessidades e melhorar a vida de pessoas com deficiência no meio escolar é preciso, em primeira instância, superar os preconceitos, criar políticas públicas que desenvolvam os alunos nas escolas e na vida como cidadãos. Devem receber um ambiente com condições para exercer seus direitos, encontrar uma escola preparada de modo que a acessibilidade seja adequada para cada tipo de deficiente.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprendizagem, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN,2006, p. 196)

Essa mudança também se refere à educação, na questão do currículo. Se o currículo não estiver adequado às necessidades do aluno, esse não terá condições para

desenvolver sua capacidade de aprendizagem e de acompanhar os demais alunos. O currículo deve estar de forma a suprir as necessidades do aluno como um todo, onde esses tenham desempenho no aprendizado.

Para Quixaba (2015), a deficiência sempre foi uma questão inquietante para seus pesquisadores. Com o avanço da ciência, aparecem compreensões mais abrangentes sobre o tema e novas possibilidades de entender as limitações dessas pessoas. Com esse avanço, as deficiências são subdivididas em modelos patológicos, que abrange a área da saúde e a da educação e outros ficaram conhecidos como que compreende a deficiência como doença e que assim deve ser tratada. A sociedade considera tais pessoas como “anormais”, que estão fora dos padrões adequados.

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB (1994/96), oferece garantias educacionais que, na maioria das vezes, não são respeitadas tais como a temporalidade flexível do ano letivo para alunos com deficiência ou ainda graves deficiências múltiplas, o melhoramento de avaliação para alunos superdotados, matricular o aluno conforme sua necessidade de desempenho e não pela idade, já que muitos alunos têm idade cronológica avançada, algum ou vários tipos déficit de intelectualidade que não permitem seu avanço.

A Constituição de 1988, no seu artigo 5º, estabelece que “todos são iguais perante a Lei”. Mas, será justa essa igualdade no que se refere às pessoas com deficiência? Como tratar com igualdade as crianças que têm uma coordenação motora desenvolvida com aquelas que sofrem com alguma deficiência física. Será possível tais crianças desenvolverem o mesmo trabalho com a mesma desenvoltura?

Sant’Ana, (2005), afirma que, com a Declaração de Salamanca de 1994, surgem vários estudos sobre esta problemática da Educação Inclusiva, sendo que inclusão deve ter fundamentos baseados na LDB e na Declaração de Salamanca. Para a LDB, inclusão é um modo de respeitar a “igualdade de direitos”, permitindo que cada aluno, sem distinção, aprenda numa escola qualificada, preparada para receber e desenvolver todo e qualquer tipo de deficiência, ela vem de modo a viabilizar que o deficiente consiga alcançar uma educação adequada e satisfatória.

A inclusão também se legitima porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos acontecimentos. É o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e se tornar cidadãos com identidade social e cultural. A escola é o espaço que lhes confere oportunidades de ser e viver dignamente. (MANTOAN,2006, p.198).

O ambiente escolar não está pronto para receber tais educandos, já que falta uma estrutura física e pedagógica. A Lei orienta que a escola deve estar adequada para o recebimento dos alunos e não os alunos se adequarem à escola, mas, na maioria das vezes, as escolas não têm o mínimo de estrutura necessária para atendê-los.

Convém esclarecer que o Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e orienta para outras providências no âmbito do direito à comunicação, à educação e a informação. (QUIXABA, 2015, p.92)

Pensar e fazer inclusão no Brasil requer alto nível de conhecimento das causas que levam à exclusão, sabendo as causas, o fazer acontecer à inclusão torna-se viável. Responsabilizar alunos por seu desempenho escolar é de certa forma tirar da escola compromissos que lhe cabem. A criança com deficiência não pode ser comprometida pela falta de atendimento adequado e assim ser penalizada.

A deficiência dos alunos não pode ser empecilho para a qualidade do ensino, sendo que cada aluno tem direito a educação de forma metodológica para o seu aprendizado. Assim, pensar num sistema educacional inclusivo considerando o seu atual funcionamento e organização, em sua totalidade é quase utopia. Para isso, deve haver uma organização sistemática que abranja desde os governantes, gestores até chegar ao aluno. Uma organização que se preocupe com a educação como um todo nos mais diferentes âmbitos.

Convém realçar que a trajetória da inclusão, nos estados brasileiros, em seu contexto histórico, demonstra que esta ainda não se delineou satisfatoriamente, mostrando-se um tanto quanto desarticulada da história da educação em sua totalidade. Diferentes interpretações sobre inclusão têm sido praticadas nesses estados, apesar de existirem documentos normativos nacionais para orientação. As articulações dos movimentos sociais buscaram a garantia da acessibilidade à educação para as pessoas que diferem, na sua condição de ser, pois a negação desse direito para este segmento da população é mais acentuada. (QUIXABA, 2015, p.28)

É perceptível que, no Brasil, ocorrem ainda várias discursões ao se falar de inclusão. Trabalhar a organização e a estrutura abrange diversas dimensões da inclusão. A deficiência requer uma atenção individual a cada pessoa. Generalizar a inclusão é de certa forma não poder concluir um projeto educacional, já que todo deficiente têm particularidades. As pessoas com deficiência têm uma necessidade maior de consciência, do seu lugar na sociedade e no mundo, ela é um cidadão com anseios, direitos e deveres. Os deficientes são pessoas capazes de fazer ecoar as demandas

necessárias para melhorar as condições de vida na sociedade e defender as políticas públicas de inclusão, buscando espaço de forma geral, desde sua casa até o espaço escolar.

Para melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem, ainda segundo Quixaba (2015), é necessário ter conhecimento de contexto escolar e das dinâmicas que norteiam a escola. Tendo conhecimento de todos os limites, podem-se encontrar medidas necessárias para superá-los e ultrapassar as barreiras e assim ter um resultado que seja bom tanto para o ambiente escolar como para o processo de ensino-aprendizado do aluno com quaisquer deficiências.

Desse modo, encontram-se possibilidades de transformar a vida e a sociedade para cada indivíduo excluído do contexto escolar formal. Com essas soluções, existe uma prática inclusiva atrelada à políticas públicas que respeitem as limitações e as particularidades de cada um.

Sant'Ana (2005) lembra outro ponto de suma importância para a educação de pessoas com deficiência é a formação continuada dos professores, pois, só com uma boa formação, o profissional estará capacitado para trabalhar num centro de atendimento educacional especializado. Um professor qualificado é o responsável pelo crescimento intelectual e profissional do aluno nas diferentes fases da vida. Por isso, é importante que esteja atualizado.

O aluno tem o direito de frequentar a escola, independentemente de seu estado físico, de acordo com que se lê na Constituição. Nesse sentido, cabe à instituição escolar está preparada para recebê-lo e dar a educação de qualidade adequada para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, se tem a necessidade fundamental de conhecer os alunos com deficiência e suas limitações, assim amparados com essas informações se podem melhorar as condições da estrutura educacional e suprir as necessidades próprias de cada aluno e não fazer uma identificação generalizada que leva a um sentido de exclusão como bem coloca Mantoan 2006.

A exclusão escola manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno, diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, assim, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza (MANTOAN, 2006, p.190).

A falta de informações sobre a inclusão ocasiona em uma série de problemas na vida do deficiente e leva até mesmo ao maior de todos os problemas que é

a exclusão. É justamente pela falta de conhecimento que se fortalece as diversas formas de discriminação. E não é diferente no ambiente escolar, mas, nesse caso a situação piora, já que a escola deve ser um ambiente acolhedor e livre de discriminação, além disso, observa-se a diferenciação entre os grupos de alunos nas escolas.

Quando se tem conhecimento das necessidades de cada um, se pode trabalhar de forma particular. Esses alunos convivem com grandes dificuldades no seu dia-a-dia com a falta de acessibilidade. A acessibilidade tem uma importância incontestável, pois é ela que dá condições de ir e vim. Sem acessibilidade, o aluno se desmotiva e se torna vulnerável a evasão e ao abandono escolar.

É importante lembrar que acessibilidade é a eliminação de barreiras arquitetônicas, é garantir mobília, equipamentos e uma instalação capaz de atender as necessidades das pessoas com deficiência que carece de atenção especial. Para uma garantia respeitável, a escola deve se adaptar de acordo com a necessidade do educando. Ela vai além de uma rampa de acesso e corrimões, é preciso ainda uma metodologia pedagógica para melhor rendimento do aluno com baixa mobilidade.

A questão de acessibilidade, apesar de estar amparada pelas leis é um outro grande problema para a população que necessita desses serviços, adequar uma via às pessoas com deficiência requer um compromisso da sociedade e da escola como um todo.

Nessa direção, às tecnologias têm importância fundamental no desenvolvimento educacional de pessoas com deficiência, pois, elas estão presentes nos mais diferentes espaços sociais, são também instrumentos transformadores de forma a inovar os modelos de ensinar e aprender.

Sant'Ana, (2005) enfoca temáticas pertinentes, ao se referir a formação especializada e continuada para o trabalho com deficientes, percebe-se ainda que é um problema tratado por muitos profissionais e, além disso, é um problema vivenciado pelos deficientes cotidianamente. Além de faltar essa formação para docentes, os gestores estão engessados num sistema fechado às novas formas de fazer um ensino qualitativo. Nesse engessamento, muitos acabam aceitando esse modo ditatorial e deixam de lutar por melhorias e se acomodam no sistema de ensino excludente.

Para Pletsch, (2009), tivemos grandes avanços no que se refere à formação de profissionais da área da educação inclusiva, mas, esses avanços ainda são insuficientes quando se trata de uma educação de qualidade de pessoas com deficiência estudando em classes convencionais. Um exemplo disso é como um aluno com déficit

de aprendizado irá acompanhar de forma satisfatória outro aluno dito “normal”? e como o educador conseguirá concluir o plano anual com uma turma com diversos níveis de aprendizado?

Claro que uma formação sozinha é incapaz de resolver a qualidade do ensino no Brasil, muito menos no que se refere à educação inclusiva, que requer além de uma formação adequada, precisa ainda de uma equipe especializada para compor o cenário educacional de forma satisfatória. Sabemos que, quando se fala de formação, fica clara a necessidade dos profissionais da área estar em constante formação, pois, só com uma formação continuada, será capaz de deixar o professor capacitado para exercer seu papel, de facilitar seu atendimento de forma eficaz e de lidar com a diversidade que são os diferentes alunos, e quando é um aluno com qualquer deficiência, a formação com qualidade é um fator essencial para um ensino aprendizado melhor.

Pletsch, (2009) ressalta que incluir um aluno com alguma deficiência numa sala comum com profissionais despreparados é continuar excluindo, já que esse aluno terá um papel de cumprimento da Lei, mas esse não fará parte do conjunto e não acompanhará o rendimento e só acompanhado como um todo. Não basta misturar, diversificar para que o aluno se sinta incluído na escola. Incluir é criar meios com que esse aluno esteja no mesmo nível dos demais.

E, além de uma formação adequada, é preciso perceber as habilidades e as competências de cada profissional para a prática inclusiva nas salas comuns. Partindo do ponto que toda e qualquer pessoa é capaz de aprender, parece até fácil ensinar, mas nem todos aprendem com o modo convencional. Diante tal situação, a percepção do professor precisa ser aguçada para perceber que didática usar com o aluno com limitações psíquicas ou motoras. Nesse sentido, ensinar é dinâmico e desafiador, pois, o professor deve ensinar cada aluno individualmente e ao mesmo tempo numa coletividade inclusiva.

Ensinar uma turma mista é o mesmo que separar e unir, e é uma tarefa difícil de fazer, a menos que haja uma cooperação de todos os envolvidos no processo que vai desde a família até uma política pública capaz de somar forças para uma evolução educacional inclusiva, é um trabalho que requer esforços de todos os órgãos e secretarias competentes para dar suporte necessário.

Pletsch, (2009), defende um ensino itinerante, que é um trabalho em equipe no qual o professor da sala convencional articula-se com outro profissional especialista

para trabalhar juntos e, assim, suprir as necessidades dos alunos com deficiência, fazendo com que a inclusão torne-se para todos de modo geral.

Outro avanço de suma importância para o Ministério da Educação foi a Secretaria de Educação Especial, que surge como apoio nessa construção do desenvolvimento do ser enquanto pessoa com deficiência e da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, que tentam reparar danos de outrora, tanto pela falta quanto pelo preconceito imposto pela sociedade.

Essa sociedade tem elevado nível de competitividade, vive uma desigualdade múltipla fica muito difícil conquistar um lugar respeitável para as pessoas que não possuem níveis de escolaridade e currículo adequado, se para as pessoas já é difícil, mais ainda é para aqueles que vivem à margem, que necessitam de uma educação diferenciada e que a maioria não consegue atingir tais níveis, pela falta de apoio dos governantes, torna-se quase impossível conquistar o tão sonhado emprego.

### 3. RECOLHA DE DADOS

A seguir, serão apresentados alguns elementos e práticas que foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa, como os informantes, os instrumentos e o material obtido por meio da apresentação de dados.

A pesquisa baseia-se em recolher dados através de visitas nas escolas do bairro São Pedro, para organizar um conjunto de dados referentes à quantidade de pessoas deficientes que frequentam essas escolas, e, assim, fazer um diagnóstico dessa realidade; a pesquisa objetiva também investigar o bairro para descobrir pessoas que deveriam frequentar, mas que estão fora da escola por causa da deficiência.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, foram necessários realização de leituras sobre o tema da deficiência e da inclusão aprofundando assim nas teorias e pesquisas sobre a inclusão e a deficiência para reunir conhecimentos úteis e funcionais para a rede de educação na cidade de Codó - MA.

Através desse diagnóstico escolar, esta pesquisa visa contabilizar o número de estudantes com deficiência nas escolas públicas do bairro. Ao longo do trabalho, serão descritas as condições das escolas e professor e como a escola atende esses alunos deficientes. Além disso, fizemos levantamento bibliográfico sobre o objeto de estudo; classificação de livros, artigos científicos, revistas, textos e outros; leitura e fichamento teórico baseada nos autores pesquisados; elaboração dos instrumentos da pesquisa. (Questionário ou entrevistas) e, por fim, análise de dados partindo das informações coletadas.

Para o melhor desenvolvimento desta pesquisa, foram feitas leituras de estudos de teóricos da área da Educação Inclusiva, a exemplo, os trabalhos de Quixaba (2015), Pletsch (2009), de também alguns documentos, como as Leis de Diretrizes e Bases de 1994/1996 e A constituição Federal, de 1988,

Para esta pesquisa, foram feitas visitas em quatro escolas do bairro São Pedro do município de Codó - MA: Escola Ananias Murad, João Temistócles, Creche Menino Jesus, Jardim de Infância São Vicente de Paulo, Creche Iramary de Queiroz, Creche Casulo.

Foram feitos um questionário e uma entrevista para coleta de dados reais e de informações sobre a cultura escolar do município, especificamente, a do bairro São Pedro. O primeiro instrumento que é uma entrevista (Apêndice A) foi produzido considerando os professores das escolas do bairro, buscando observar o conhecimento que eles têm sobre as questões de inclusão na educação dos professores dessas escolas.

A entrevista é composta por 06 questões com perguntas destinadas diretamente aos professores das escolas da rede municipal de ensino do Bairro São Pedro. As perguntas buscam averiguar o que esses professores entendem por Deficiência e qual o preparo deles e da escola onde eles atuam para atender alunos deficientes.

O segundo instrumento que é um questionário (Apêndice B) foi produzido para ser aplicado a um pequeno número de pessoas com deficiência, moradoras no bairro São Pedro, para saber sua concepção sobre a temática proposta e seu ponto de vista sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar e qual a perspectiva e as experiências dessas pessoas nesse ambiente, caso tenham participado dele. As respostas ao questionário foram anotadas e organizadas por nós em fichas de identificação criadas por nós.

A seguir, apresentamos algumas informações sociais das pessoas que foram entrevistadas neste trabalho.

### **3.1. Informações sobre as pessoas com deficiência**

1- Nome: José Wilson da Silva Junior

Grau de escolaridade: analfabeto

Idade: 21 anos

2- Nome: Iolanda Lacerda

Grau de escolaridade: Ensino Médio Completo

Idade: 23 anos

3- Nome: Lilian Lacerda

Grau de escolaridade: Ensino Médio Completo e alguns cursos profissionalizantes

Idade: 24 anos

4- Nome: Nazir

Grau de escolaridade: Analfabeta

Idade: 64 anos

5- Nome: Antonio Marcos

Grau de escolaridade: semianalfabeto

Idade: 45 anos

6- Nome: Roney Charles Magalhães da Silva

Grau de escolaridade: em alfabetização

Idade: 28 anos

Segue também algumas informações sobre as escolas visitadas no bairro São Pedro.

### **3.2. Fichas das escolas visitadas**

Nome da escola: Ananias Murad  
Localização: Rua Cesar Brandão  
Público alvo: Ensino Fundamental - Ed. Básica.

Nome da escola: Creche Menino Jesus  
Localização: Morro de São Pedro  
Público alvo: Ed. Infantil.

Nome da escola: Jardim de Infância São Vicente de Paulo  
Localização: Rua S. Silva  
Público alvo: Ed. Infantil.

Nome da escola: Creche Iramary de Queiroz  
Localização: Rua Mandacaru  
Público alvo: Ed. Infantil.

Nome da escola: Creche Casulo  
Localização: Av. Marechal Castelo Branco  
Público alvo: Ed. Infantil.

Os nomes dos professores entrevistados na pesquisa não estão disponíveis devido a não autorização do uso dos mesmos, logo, os entrevistados são citados neste trabalho identificados pelas letras do alfabeto.

#### **4. DISCUSSÕES E RESULTADOS**

Nesta parte do trabalho, apresentamos as respostas dadas pelos informantes da pesquisa (moradores e professores) por meio do questionário composto por seis questões destinado aos professores, sendo que a entrevista foi feita individualmente e cada um deles estão sendo representados por letras em ordem alfabética começando da letra A até a letra O com suas respectivas respostas, em seguida foram feitos comentários de cada questionamento a respeito das respostas dos professores.

Os dados foram organizados desta forma: em primeiro lugar as perguntas, seguida das respostas e por fim os nossos comentários sobre cada questionamento.

#### **ENTREVISTA – PROFESSORES**

##### **1. QUAL SUA HABILITAÇÃO E QUAL A MATÉRIA VOCÊ LECIONA?**

- a. Licenciatura em pedagogia – Ed. Infantil;
- b. Licenciatura em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental à Distância da UEMANET – Todas as matérias: português, matemática, ciência, história, geografia, artes, ensino religioso e ed. Física;
- c. Magistério Completo, com algumas formações continuada – todas as matérias – 1ª a 4ª
- d. Magistério e nível superior: todas as matérias
- e. Magistério – todas as matérias: português, matemática, ciência, história, geografia, artes, ensino religioso e ed. Física;
- f. Magistério e nível superior incompleto; todas as matérias
- g. Educação Básica – Todas as disciplinas: português, matemática, ciência, história, geografia, artes, ensino religioso e ed. Física;
- h. Educação Infantil – Natureza e Sociedade;
- i. Magistério – matemática, português, natureza e sociedade e religião;
- j. Licenciatura em Pedagogia, todas as disciplinas: português, matemática, ciências e religião.
- k. Não informada;
- l. Pedagogia em andamento;
- m. Pedagogia, Gestão e Supervisão Escolar todas as disciplinas: português, matemática, ciências e religião.
- n. Letras – Língua Portuguesa;

- o. Pedagogia – matemática, português, natureza e sociedade e religião;

Foram entrevistadas 15 professoras na rede pública municipal, moradoras no Bairro São Pedro, todas têm a capacidade mínima exigida ou ainda estão se qualificando. Apenas três professoras só possuem o magistério, sendo que as demais estão cursando ou já terminaram o nível superior. Todas trabalham na educação infantil e fundamental menor, nesse caso, elas lecionam todas as matérias do currículo, exceção de n, que só ensina língua portuguesa, o que é raro nesse nível de ensino.

A professora K não mencionou sua formação e matérias com as quais trabalha, provavelmente, porque trabalhe apenas na parte administrativa da escola. Embora não tenham formação em pós-graduação, observamos que as professoras têm ou estão em formação o que pode ser um sinal de uma certa qualidade.

No entanto, grande parte delas é formada em um curso de licenciatura voltado para a educação básica em níveis avançados, não para a educação infantil, o que pode comprometer, de algum modo, o trato com pessoas com deficiência, tendo em vista que a discussão sobre a inclusão ainda é pouco explorada nesses cursos.

## **2. VOCÊ SABE O QUE É UMA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS? O QUE VOCÊ ENTENDE POR DEFICIÊNCIA FÍSICA?**

- a. Sim. É uma limitação ocasionada pela incapacidade de um membro que o impede de realizar suas atividades consideradas normais;
- b. Quando a pessoa tem certas limitações, É aquela que é vista visualmente;
- c. Sim, referente à alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano;
- d. É uma pessoa portadora de deficiência física ou psíquica e a deficiência é uma falta, uma carência de algo físico ou intelectual;
- e. Pessoas normais, porém com habilidades reduzidas;
- f. Sim, deficiência física é a ausência de algum membro correspondente a alguma parte do corpo, assim como a má formação ou deformação do mesmo;
- g. Penso que sim, alguém que tem comprometimento de alguma função física;
- h. Sim, pessoas que tem problemas;
- i. Sim, deficiência é uma pessoa que perdeu ou nunca teve determinada capacidade do corpo ou da mente;

- j. Acredito que todos têm nossas deficiências, físicas ou não, porém, a física é mais visível, mas devemos respeitar e saber olhar uma pessoa com necessidades especiais com respeito e entender suas limitações;
- k. Pessoas que têm dificuldades em se locomover;
- l. Pessoas que têm dificuldade mental e física;
- m. Pessoas com limitações;
- n. Termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Entendo que deficiência física se refere a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física;
- o. Sem resposta;

De acordo com as entrevistas direcionadas as professoras da rede pública de ensino municipal no Bairro São Pedro, no que se refere à pergunta o que é deficiência percebe-se que há um consenso sobre o ensino inclusivo nas escolas, onde os entrevistados, A, B e M, apontam que deficiência são as pessoas que possuem limitações físicas, total ou parcial; para os entrevistados K e L são pessoas com dificuldades; para H, são pessoas com problemas. A letra E chama atenção pelo fato de sua resposta ao usar o termo “normais”, o que mostra um discurso ainda calçado no discurso geral sobre a deficiência.

Os entrevistados D, F e I remetem-se as pessoas que perderam ou ainda que nunca tiveram uma ou mais parte do corpo. Já a letra J tem uma postura mais ampla, no sentido de que ninguém é livre de deficiência, de limitações, que cada um carrega suas mazelas faltando ou não um órgão do corpo ou de qualquer problema que possa ter em seu intelecto. Que a deficiência não deve ser motivo de desrespeito e discriminação. E como todos têm suas limitações, sejamos compreensíveis para aqueles que mais precisam de apoio e ajuda.

De um modo geral, observa-se que o conceito do que esses professores entendem por portadores de deficiência está muito atrelado ao aspecto física, esquecendo-se os aspectos psíquicos. Fora isso, alguns professores entendem pessoas portadoras de alguma deficiência como pessoas limitadas e que tem problemas para aprender. É necessário explicar que essa é uma visão bastante curta do que é deficiência e que, de algum modo, acaba interferindo no tratamento que essas pessoas dão às pessoas deficientes.

### **3. A ESCOLA EM QUE VOCÊ TRABALHA ESTÁ PREPARADA PARA RECEBER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?**

As respostas: A, B, C, D, E, G, H, I, J, K, L, M, e O disseram que não, sendo que as letras A, I e O justificaram suas respostas desse modo: A: Não, pois a escola possui apenas rampas de acesso (básico), porém faltam banheiros adaptados, corrimãos, isso falando de deficiência física; I: Não e nem prepara os professores ou capacita, O: Não, porque não oferece condições ao professor e nem estrutura aos alunos. Já as letras F e N disseram Sim e justificaram as respostas desse modo: F: Em alguns aspectos sim, as acomodações não são especificamente apropriadas; N: Sim, desde que a diretora aceite as necessidades dos deficientes.

No que se refere à preparação da escola para receber alunos deficientes, todas as professoras responderam a mesma coisa, não, que a escola não está preparada para receber os alunos com deficiência. Nesse ponto, surgem indagações tais como: Se não estão preparadas, logo as mesmas descumprem o direito de ir e vir de cada cidadão com ou sem deficiência? E como esses alunos são assistidos na rede de ensino?

Todas elas, exceto a letra F, que deixa claro que a sua escola precisa de melhorias, mas que dependendo da deficiência, sua escola poderia estar adequada para receber os alunos. Note-se também que as professoras parecem não compreender o papel que elas têm na inclusão desse público, tendo em vista que quando tratam sobre a capacidade da escola em receber alunos portadores de deficiência, as professoras apontam apenas aspectos estruturais da escola, esquecendo do aspecto humano e profissional dela.

### **4. VOCÊ RECEBE ALGUM TIPO DE TREINAMENTO PARA TRABALHAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA?**

Das respostas: as letras A, C, D, E, F, G, H, I, J, L, N e O disseram não, porém a letra D, F e O, justificaram dessa forma: D, Não recebo treinamento, não estou preparada para a inclusão destes alunos; F, Não, pois, o município, por meio de suas secretarias, não dispõem de programas que o façam voltados a classe docente; O, Não, o professor não recebe nenhuma formação para está trabalhando com os alunos. As que disseram sim foram as letras B, K e M, justificando suas respostas respectivamente: Já recebi, mas além de insuficiente não teve continuidade; Sim, uma vez pela secretaria de educação; Sim, um curso intensivo de 120h e treinamento durante um ano (Caxias – MA);

O quarto questionamento também é assustador, de todas as entrevistadas, apenas três, já receberam em algum momento algum tipo de treinamento, mas duas delas fazem uma ressalva, dizendo que além de insuficientes não tiveram continuidade. As demais foram unânimes e categóricas: não receberam nenhum tipo de treinamento e tão pouco estão preparadas para trabalharem com alunos deficientes. A Letra M foi a que mais se destacou nesse questionamento, foi a mais teve treinamento sobre o tema, porém apesar dela ser uma professora do Bairro São Pedro, ela reside em Caxias – MA e logo, seu treinamento e capacitação foram feitos através da secretaria de Educação de Caxias - MA. O município, em algum momento do ano, oferece vários treinamentos, mas, pelo discurso das professoras, não têm surtido efeito sobre o trabalho delas e sobre a concepção que elas têm de deficiência.

#### **5. NA SUA SALA, TEM ALGUM ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA?**

Nesta questão as respostas foram quase unânimes em suas respostas dizendo Não, exceto a letra I e J que disseram o seguinte: Sim, surdo e doente mental; No momento não tenho, mas, já tive oportunidade de trabalhar com uma. Das que disseram apenas quatro justificaram a letra C, Não, mas encontro alunos com déficit de aprendizado; a letra F, Não, mas encontro alunos com déficit de aprendizado; K, Não, apenas alunos com distúrbios psicológicos, diagnosticado, onde tivemos grandes dificuldades com o aprendizado; M, Não, mas com leve suspeita de distúrbios psicológicos.

Para a questão de número cinco, temos uma sequência quase que totalmente negativa nas respostas, mostrando a ausência do público portador de deficiência na escola, pois, das entrevistadas, apenas a letra I tem um aluno com deficiência em sala de aula e a letra J já trabalhou com um aluno com deficiência. Segue então outro questionamento, onde estão as pessoas com deficiência? O bairro não tem moradores deficientes? Cumpre notar a resposta da professora que uso um termo popular para as pessoas com deficiência intelectual “doente mental”, termo considerado ofensivo por muitos para se tratar de pessoas com algum distúrbio. Note-se também que nem todos os alunos das escolas têm diagnóstico médico que confirme a suposta deficiência de alguns alunos, um problema caso o aluno seja mesmo portador de alguma necessidade, tendo em vista que a atenção e o acolhimento desses alunos não são diferenciados, ou seja, não se considera a sua possível condição, já que não há diagnóstico.

## **6. O QUE VOCÊ ACHA QUE A ESCOLA DEVE FAZER PARA ATENDER MELHOR ALUNOS COM ALGUMA DEFICIÊNCIA FÍSICA?**

- a. A escola adapta-se ao aluno: construção de rampas de acesso, colocar antiderrapantes e corrimãos nessas rampas, colocar portas mais largas para facilitar o acesso de um cadeirante, por exemplo, adequar os banheiros (adaptar). E se falando em um órgão como a Secretaria de Educação a promoção de capacitação para os professores e funcionários para melhor atender o aluno portador de toda e qualquer deficiência;
- b. Preparar a estrutura física e treinar os professores, uma equipe de profissionais capacitados para suprir as necessidades em paralelo com o professor;
- c. Deve está estruturada conforme a necessidade do aluno e com professores capacitados, sendo um treinamento continuado para melhor realizar o seu trabalho;
- d. Primeiro é a acessibilidade que toda escola deve ter. Segundo é toda uma qualificação para os professores que vão atender esta clientela, capacitação e qualificação profissional para os professores;
- e. Adaptar-se às necessidades dos alunos em estrutura física, formação continuada de professores e da comunidade escolar como um todo, aulas diferenciadas para cada deficiente, trabalhar o lúdico com os alunos;
- f. Em primeiro plano adaptar todo o espaço predial escolar conforme determina a Lei, para em seguida, mediante a necessidade do atendimento buscar capacitar os profissionais para melhor realizar as atividades em sala de forma que promova a aprendizagem igualitária dos alunos;
- g. Adequar a estrutura física da escola e treinamentos para todo corpo escolar para facilitar a inclusão de pessoas com deficiência;
- h. Colocar pessoas treinadas e adaptar a escola;
- i. Dar um treinamento ou capacitação para os professores para melhor trabalhar com seus alunos;
- j. Sabemos que as crianças têm seus direitos garantidos por Lei, porém as instituições educacionais ainda não estão preparadas para receber as crianças com necessidades especiais. Colocá-las no ensino regular para preencher vagas não basta, o sistema educacional tem que dar suporte aos educadores para os mesmos possam oferecer uma educação de qualidade e que as

mesmas possam desenvolver uma aprendizagem significativa. A Lei garante os direitos;

- k. A escola deve se adaptar ao aluno e não o aluno se adaptar à escola;
- l. Capacitação para os professores de modo que eles possam trabalhar com os alunos, a escola deve estar apta a receber alunos com deficiência;
- m. Adequar espaços para os diversos tipos de deficiência, trabalhar a linguagem e treinar docentes e demais funcionários;
- n. Saberes e práticas da inclusão, avaliação para identificação, competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, com baixa visão, alunos cegos e etc;
- o. A escola sozinha não pode fazer nada, muito menos o professor. O que deve haver é uma união entre poderes federais, estaduais e municipais para que haja formação para os professores, estrutura nas escolas e atendimento educacional especializado para esses alunos;

Todas as entrevistadas concordam que a escola deve-se adaptar-se aos alunos tanto na estrutura física, de forma que a acessibilidade seja para todo o seu público, quanto na forma pedagógica, dando material, estrutura, capacitação e treinamento para que o corpo docente e os demais profissionais da área tenham meios para fazer o trabalho na melhor forma possível. Que a escola não pode esperar que o aluno se adeque as suas normas e estruturas, mas a escola é que deve estar preparada para receber os mais variados tipos de deficiência. É curioso observar que quando questionadas sobre a preparação da escola para o acolhimento de pessoas com deficiência os professores não se incluem, mas, quanto à preparação da escola, elas se sentem presentes na estrutura e nas condições da escola. Não resta dúvidas de que o professor precisa se sentir parte da inclusão, tendo em vista que a inclusão, como já mencionado, não se faz com uma ou outra pessoa, mas com todos.

Os direitos das crianças devem ser respeitados dentro da Lei, mas não basta só fazer valer a Lei e não dar suporte necessário para que ela seja cumprida de forma íntegra. E, por fim, lembra que a escola não pode trabalhar sozinha, ela precisa de todos os setores para fazer um trabalho com eficiência.

O questionário serviu para termos uma ideia geral das concepções dos professores acerca da deficiência e da inclusão escolar no bairro de São Pedro.

## QUESTIONÁRIO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO BAIRRO SÃO PEDRO

As respostas que seguem, são de pessoas moradoras do bairro São Pedro e que foram ou não atendidos no meio escolar do bairro e serve para observarmos o outro lado da questão da inclusão, que é o do cliente da escola, a população. Dividimos as informações das pessoas com deficiência por blocos. O primeiro bloco tem informações sobre a pessoa com deficiência; o segundo bloco, informações sobre a deficiência que a pessoa tem e o terceiro relata a escolaridade e a convivência da pessoa no universo escolar. Foram entrevistados 6 portadores de necessidades especiais<sup>1</sup>.

### INFORMANTE 1

#### BLOCO 1 – Dados da pessoa

**Nome:** José Wilson da Silva Junior

**Grau de escolaridade:** analfabeto

**Idade:** 21 anos

**Com quem vive:** pais

#### BLOCO 2 – Dados da deficiência

**Qual deficiência?** Hidrocefalia<sup>2</sup>

**Tem laudo médico?** sim

**Desde quando tem a deficiência?** nascimento

**Acompanhamento médico?** Não possui necessidade de acompanhamento médico.

**Maiores obstáculos?** Locomoção

**Benefício INSS?** não

#### BLOCO 3 – Escola

**Frequentou alguma escola:** sim

**Qual:** Jardim de Infância Iramary Queiroz e Escola João Temístocles

**Você gostou da experiência escolar?** Sim mas encontrei varias dificuldades devido o preconceito e aos 10 anos parei de frequentar devido problema com a deficiência, tais como: pela falta de estrutura da escola pública e por não ter condições financeiras para pagar uma escola particular.

**Gostaria de frequentar a escola?** Sim, pois a escola pode me ensinar e me capacitar para um trabalho, mas ela não esta preparada nem em estrutura física. Tem ainda o problema das ruas que são desreguladas e cheias de buracos o que dificulta ainda mais a vida de cadeirante.

---

<sup>1</sup> Todas as informações sobre os informantes desta pesquisa foram autorizadas durante as entrevistas.

<sup>2</sup> De acordo com o dicionário Caldas Aulete Digital, Hidrocefalia é um acréscimo anormal do líquido cefalorraquiano contido no crânio, causando dilatação dos ventrículos cerebrais, aumento da cabeça, atrofia do encéfalo, deficiência mental e convulsões. Acesso em 21 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/Hidrocefalia>.

**Gostaria de trabalhar?** Sim, mas pela falta de qualificação, não posso conseguir trabalho, e o trabalho braçal não tenho condições devido à deficiência.

**Quais são suas dificuldades para sair de casa?** Locomoção, pois não tenho uma cadeira de rodas elétrica para facilitar os movimentos.

## INFORMANTE 2

### BLOCO 1 – Dados da Pessoa

**Nome:** Iolanda Lacerda

**Grau de escolaridade:** Ensino Médio Completo

**Idade:** 23 anos

**Com quem vive:** pais

### BLOCO 2 – Dados da deficiência

**Qual deficiência:** não sabe identificar e não se lembra do diagnóstico do médico (mas possui as pernas muito tortas)

**Tem laudo médico:** teve consultas há muito tempo atrás

**Desde quando tem a deficiência:** nascimento

**Acompanhamento médico:** Não possui necessidade de acompanhamento médico.

**Maiores obstáculos:** apesar das pernas terem uma má formação não tem dificuldades de me locomover.

**Benefício do INSS:** não

### BLOCO 3 – Escola

**Frequentou alguma escola:** sim

**Qual:** Raimundo Muniz Bayma, Ananias Murad e Colares Moreira

**Você gostou da experiência escolar?** Sim mas encontrei algumas dificuldades devido o preconceito nos primeiros dias, mas logo os colegas se acostumaram com minha presença e tudo foi muito tranquilo. Depois não tive mais problemas, sempre me relacionei muito bem com os professores e logo fazia amizade com os colegas.

**A escola ajudou no seu desenvolvimento?** Sim, não encontrei grandes dificuldades, nunca me senti excluída, a não ser pelo olhar curioso das crianças.

**A escola está adaptada / preparada para receber pessoas com deficiência?** Acho que não, dependendo da deficiência, ainda tem muito a melhorar. Mas quando se fala dos professores acho que sim, estão preparados.

**Gostaria de frequentar a faculdade?** Sim, pois a escola pode me ensinar e me capacitar para um trabalho, pois penso em fazer curso de psicologia ou técnica de Informática.

**Gostaria de trabalhar:** sim, só falta qualificação adequada.

**Quais são suas dificuldades para sair de casa?** não tenho.

**Como convive com a sua deficiência?** Quando era criança tinha dificuldades de aceitação, mais agora vivo com tranquilidade.

## INFORMANTE 3

### BLOCO 1 – Dados da pessoa

**Nome:** Lilian Lacerda

**Grau de escolaridade:** Ensino Médio Completo mais alguns cursos profissionalizantes

**Idade:** 24 anos

**Com quem vive:** pais

## **BLOCO 2 – Dados da deficiência**

**Qual deficiência:** não sabe identificar e não lembra do diagnóstico do médico (mas possui as pernas muito tortas)

**Tem laudo médico:** teve consultas há muito tempo atrás

**Desde quando tem a deficiência:** nascimento

**Acompanhamento médico:** sem necessidades

**Maiores obstáculos:** apesar das pernas terem uma má formação, não tenho **dificuldades de me locomover**. Quando era criança sentia dores mais agora não sinto mais.

**Benefício INSS:** sim

## **BLOCO 3 – Escola**

**Frequentou alguma escola:** sim

**Qual:** Ananias Murad e Colares Moreira

**Você gostou da experiência escolar?** Sim mas eu causava bastante estranheza, encontrei dificuldades devido o preconceito está até mesmo o olhar de pena dos próprios professores e colegas, sempre tive dificuldades de relacionamento em todos os lugares, pois me sentia muito excluída devido a deficiência.

**A escola ajudou no seu desenvolvimento?** Sim, muito mesmo com todo medo do preconceito que tenho.

**A escola esta adaptada / preparada para receber pessoas com deficiência?** Não esta devido alguns professores tratar o deficiente como coitado, deixando a pessoa mais excluída.

**Gostaria de frequentar a faculdade?** Sim, penso em fazer curso de veterinária.

**Gostaria de trabalhar:** sim, mais ainda não trabalho fora de casa.

**Quais são suas dificuldades para sair de casa?** Não tenho.

**Como convive com a sua deficiência?** Nunca aceitei minha deficiência. Acho que as pessoas deveriam deixar de fazer julgamentos, e ate mesmo acabar com o preconceito.

## **INFORMANTE 4**

### **BLOCO 1 – Dados da pessoa**

**Nome:** Nazir

**Grau de escolaridade:** Analfabeta

**Idade:** 64 anos

**Com quem vive:** mãe

### **BLOCO 2 – Dados da deficiência**

**Qual deficiência:** paralisia infantil

**Tem laudo médico:** teve consultas há muito tempo atrás

**Desde quando tem a deficiência:** aos 13 anos

**Acompanhamento médico:** Não possui necessidade de acompanhamento médico.

**Maiores obstáculos:** tenho dificuldades de me locomover, fala e mãos.

**Benefício INSS:** sim

### **BLOCO 3 – Escola**

**Frequentou alguma escola:** nunca, antes morava na zona rural e não teve oportunidades, depois que veio para a cidade, já estava deficiente e isso dificultou sua vida.

Tive uma breve experiência escolar em casa com o auxílio de uma pessoa de boa vontade que me ensinou a fazer o nome, mas a minha memória também não ajuda, pois, é muito ruim aprender as coisas, hoje, não sei mais fazer o nome porque já esqueci. Já tive vontade de frequentar, mas agora depois da velhice não me interessa mais.

Sempre me senti excluída, tinha vergonha e até achava que eu era a única deficiente do mundo, depois tive mais possibilidades de relacionamento com pessoas e pude até viajar e, assim vi outras pessoas com deficiência igual e até piores do que a minha a parti daí mudei de ideia e agora vivo bem.

**Gostaria de trabalhar:** fazia trabalhos da roça, quebra de coco e trabalhos domésticos normais.

**Quais são suas dificuldades para sair de casa?** Locomoção, muitas vezes gostaria sair para passear e ter vida normal mais não tem condição financeira para viver assim.

## INFORMANTE 5

### **BLOCO 1 – Dados da pessoa**

**Nome:** Antonio Marcos

**Endereço:** Rua 25 de dezembro

**Grau de escolaridade:** semianalfabeto

**Idade:** 45 anos

**Com quem vive:** parentes

### **BLOCO 2 – Dados da deficiência**

**Qual deficiência:** surdo e mental

**Tem laudo médico:** teve consultas há muito tempo atrás

**Desde quando tem a deficiência:** nascimento

**Acompanhamento médico:** sem necessidades

**Maiores obstáculos:** comunicação, pois não tem acesso a LIBRAS, déficit. de aprendizado elevado e comportamento.

**Benefício INSS:** não informado

### **BLOCO 3 – Escola**

**Frequentou alguma escola:** sim, no início a escola Lala Ramos – Pestalozzi, onde era tratado de forma negativa pela professora, a qual permitia suas fugas sem maiores preocupações e não obteve nenhum desenvolvimento, anos depois, começa a estudar no João Temístocles – EJAI, já faz três anos e lá com o empenho da professora já consegue fazer o seu nome e teve um melhor desenvolvimento. Mesmo a escola não estando pronta para os deficientes mais a professora se empenha e consegue fazer um bom trabalho.

## INFORMANTE 6

### **BLOCO 1 – Dados da pessoa**

**Nome:** Roney Charles Magalhães da Silva

**Endereço:** Rua Antonio José Figueiredo

**Grau de escolaridade:** em alfabetização

**Idade:** 28 anos

**Com quem vive:** avó

## **BLOCO 2 – Dados da deficiência**

**Qual deficiência:** oligofrênico <sup>3</sup>

**Tem laudo médico:** sim

**Desde quando tem a deficiência:** nascimento

**Acompanhamento médico:** tem consultas periódicas e uso de medicação controlada

**Maiores obstáculos:** dificuldades na fala e mental.

**Benefício INSS:** não informado

## **BLOCO 3 – Escola**

**Frequentou alguma escola:** sim desde criança, antes a creche e depois a Lala Ramos Pestalozzi, a qual melhorou demais seu desenvolvimento. Hoje ele faz coisas bem simples mais que antes nunca tinha feito, exemplo: ir no banheiro sozinho, trocar de roupas etc. Mais a escola ainda tem muito a melhorar pois necessita de uma equipe de profissionais para melhor atender esses alunos.

**Quais são suas dificuldades para sair de casa?** Comportamental e fala, mais isso não impede de sair de casa desde que seja acompanhado.

De acordo com o comentário dos informantes desta pesquisa, é possível observar o interesse que as pessoas com deficiência têm pela escola. Muitos acreditam que a escola é o acesso para o mundo do trabalho.

Os entrevistados têm em comum a vontade de estar na escola, para poder além de uma formação, ter qualificação para o mercado de trabalho, pois, eles têm a consciência que só através da educação é que estarão aptos para competir por um trabalho e assim certa independência financeira, já que nem todos recebem benefício do INSS. Além disso, na escola eles têm uma convivência e relacionamento com a sociedade. Cada deficiente possui uma particularidade que difere nas causas de não estarem hoje nas escolas.

Dos 06 entrevistados, duas concluíram o ensino médio, dentre elas uma fez cursos de aperfeiçoamento. Uma delas nunca passou pela escola formal, outra pessoa até frequentou, mas a escola não tinha estrutura para receber. Os outros dois tiveram ou ainda estão na escola, um frequenta a Pestalozzi, onde está desenvolvendo sua vida, o outro frequenta a escola formal, teve contato com a Pestalozzi, no entanto, a mesma não contribuiu para seu desempenho escolar.

Diante dessa realidade, fica-se a pergunta: Por que temos tantas pessoas deficientes sem ter frequentado a escola, quando não abandonaram, nunca nem frequentaram, poucos conseguiram permanecer na escola. Essas são pessoas que já

---

<sup>3</sup> De acordo com o dicionário Caldas Aulete Digital, Oligofrênico é uma pessoa com Deficiência do desenvolvimento mental, congênita ou adquirida (esp. em idade precoce), que pode comprometer a capacidade intelectual. Acesso em 21 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/oligofrenia>.

passaram da idade escolar e estão, até hoje, excluídos dela e, conseqüentemente, estão mais ainda excluídos sem a formação escolar, porque, além de estarem fora do mercado de trabalho, estão privados de uma ascensão social e de se sentirem parte da sociedade. Não é justo, tendo em vista que planejamos ser um país de igualdade e justo, que essas pessoas estejam fora dos círculos sociais, de exercerem o direito de ir e vir e de qualificação.

Nesse sentido, esses resultados mostram a necessidade que o município de Codó como um todo tem de atender, com maior qualidade e segurança, as pessoas com deficiência. Adequação nos prédios escolares, uma escola do município voltada especialmente para esse público, profissionais de diversos campos do saber para o atendimento dessas pessoas é uma necessidade que é urgente, principalmente, para as pessoas que estão frequentando a escola regular e que ainda são crianças, para que essas não tenham o mesmo destino que os informantes dessa pesquisa vivem atualmente. É preciso romper com o quadro de desigualdade e preconceito que há com relação às pessoas deficientes e o poder público, seja em sua face administrativa, legislativa ou judiciária, precisa criar condições políticas e sociais para o desenvolvimento de todos sem exceção.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deficiência é um tema questionador que requer muita informação e conhecimento, pois ela apresenta vertentes distintas. O deficiente trata o assunto a partir de suas necessidades, ele procura meios que facilitam seu acesso à sociedade e a acessibilidade em seu cotidiano.

Já o olhar do indivíduo considerado sem deficiência se compreende a uma ideia do assunto. Falar de deficiência é lembrar as várias formas de discriminação que perpassa por diversos campos da vida sociocultural e econômica da pessoa.

No campo educacional, não é diferente. Problemas dos mais diversos mostram uma insatisfação tanto para as pessoas com deficiência quanto para aquelas que não sofrem quaisquer deficiências.

Percebo que não só a educação dos alunos com deficiência tem enfrentado obstáculos; o sistema educacional como um todo tem evidenciado fragilidade quanto à oferta de uma educação de qualidade, e a escola como *locus* institucional, para a sua efetivação, tem enfrentado diversas críticas e, com isso, todos saem prejudicados. (QUIXABA, 2015, p.109).

Num sistema educacional para “normais” há grandes dificuldades no que se refere uma educação de qualidade. Quando se fala de educação especial, esse assunto vira uma questão de sobrevivência. O aluno com deficiência, além de lhe faltar uma estrutura física que comporte suas necessidades, falta uma educação que prioriza o indivíduo como um ser que tem direitos as necessidades básicas regidas pela constituição.

As escolas enfrentam limites que dependem de mudanças sistemáticas nas políticas educacionais, as quais se devam articular com as políticas públicas responsável pela distribuição e pelo controle de recursos destinados aos programas e às diversas instâncias: bem-estar familiar, nutrição, trabalho, emprego, ciência, tecnologia, esporte, lazer, transporte e saúde. Sem essa articulação intersetorial, é difícil conseguir maiores êxitos nas ações; fica-se sempre carecendo de um complemento. (QUIXABA, 2015, p.112)

Sem todo um aparato necessário não é possível se fazer nenhum tipo de educação com qualidade e muito menos uma educação especial que seja eficaz e produtiva para os seus usuários.

A Lei dá amparo a muitas dessas dificuldades das pessoas com deficiência, mas ela não pode agir sozinha em defesa do deficiente, ele mesmo deve estar atento contra os abusos que assolam suas vidas e que vão contra as suas urgências e emergências. O deficiente deve estar consciente de seus direitos para lutar contra o desrespeito e o preconceito que marginaliza o seu humano.

É improvável que as escolas do Bairro São Pedro tenham capacidade para atender alunos com deficiência, devido às más qualidades nas estruturas físicas e da falta de formação das escolas do Bairro São Pedro, estas ainda estão inadequadas para receber os alunos com deficiência.

O corpo docente também não está capacitado e tão pouco treinado para o trabalho com esses alunos, dessa forma, fazer inclusão é tarefa quase impossível, pois, para esse trabalho é preciso um conjunto de profissionais devidamente capacitados para assim realizar o trabalho da docência de forma que tenha resultados positivos, desenvolvendo assim uma educação inclusiva de qualidade.

Os resultados da pesquisa mostraram que os deficientes com maiores problemas de locomoção ou com problemas intelectuais não são assistidos pela rede pública de ensino municipal no Bairro São Pedro devido as escolas não estarem preparadas para receber alunos deficientes, pois tanto a estrutura física e quanto a estrutura pedagógica carecem de melhorias para receber e mais além, para manter alunos deficientes em sala de aula formal, é fato constatado que as atuais dependências das escolas não suportam a grande maioria das deficiências.

Os professores admitem que não têm cursos e nem treinamentos para trabalhar com alunos com deficiência, nesse sentido se “sentem” despreparados para exercer sua função de educador, sabem que não podem contribuir já que falta formação e formação continuada e ainda tem a questão do poder público não dar aparato necessário para uma educação inclusiva satisfatória.

Assim, pessoas que deveriam estar em sala de aula, adquirindo conhecimento e qualificação profissional, estão ociosas em suas casas sem perspectivas de entrarem no mercado de trabalho, são mais uma vez vítimas de um sistema que as obriga a ficar a mercê dessa sociedade discriminatória.

A falta de uma educação no mínimo básica implica numa série de problemas para a vida da pessoa. A falta de educação ocasiona na perda de oportunidades no mercado de trabalho, dificulta viver cotidianamente, não consegue acesso a informações básicas sem a ajuda de uma segunda pessoa, enfim, é mais uma forma de discriminação que associada a deficiência, a pessoa é totalmente excluída da sociedade.

Por outro lado, praticar inclusão dentro do sistema educacional atual é bem difícil. Apesar de muitos avanços, ainda vivemos numa sociedade discriminadora. Existem Leis, manifestações e tantos outros movimentos em prol da deficiência, mas a realidade é bem diferente das falas sobre a temática.

Penso que o problema da exclusão educacional de pessoa com deficiência não está na ausência de amparo legal, mas, sim, na ausência de condições objetivas para que leis, decretos e portarias concernentes à área sejam efetivados. Todavia, para que isso aconteça, as pessoas com deficiência precisam persistir na luta, de modo que estes dispositivos legais se cumpram. Por isso, precisam estar conscientes da existência desses mecanismos de luta, porque todo esse amparo legal só se constituiu devido esforços dos envolvidos em defesa dos seus direitos, isto é, de pais, profissionais da área, pessoas sensíveis à causa e dos próprios interessados que já tenham consciência do seu papel como seres políticos. (QUIXABA, 2015, p.65)

Fazer inclusão, na teoria, é muito fácil, por outro lado, na prática, não se tem acesso a diversos serviços essenciais como a garantia de ir e vir, assegurada pela Constituição Federal, e, no âmbito da educação, não é diferente, pois, falta professor qualificado, estrutura física escolar, profissionais especializados para trabalhar com inclusão, como tantas outras coisas para a construção do conhecimento, tanto para alunos deficientes quanto para aqueles que são considerados “normais”. Até onde foi possível observar a prática de inclusão nas escolas do Bairro São Pedro é inexistente. Diante do cenário observado no município e diante do quadro de acessibilidade no município de Codó como um todo, somando-se uma série de questões estruturais, sociais e políticas, a prática da inclusão dentro do sistema regular de ensino fica, praticamente, impossível.

De acordo com a visita feita nas escolas do Bairro São Pedro, foi observado que essas escolas não estão dentro dos parâmetros necessários exigidos para receber alunos com deficiência. Nota-se, em visita a esses espaços, a ausência de estruturas físicas adequadas para receber os alunos deficientes; falta, por exemplo, para os cadeirantes, as rampas; para o deficiente visual, um piso tátil, entre outras coisas. Fora isso, uma outra dificuldade notável é a falta de material didático pedagógico para desenvolver o trabalho docente em sala de aula.

Tendo como base entrevistas efetuadas com alguns dos docentes do bairro, foi possível observar as dificuldades para trabalhar com alunos deficientes, pois, falta além da capacitação, um apoio por parte dos governantes, que garantam resultados de trabalho satisfatórios. Os professores se esforçam para fazer o melhor no processo de ensino aprendido, no entanto, faltam condições estruturais, físicas e profissionais para desenvolver um trabalho com eficácia. Essa discriminação do sistema prejudica o educador e o aluno, e, quando, se trata de um com deficiência, o sistema torna-se ainda mais massacrante e cruel. Esses problemas são empecilhos para o desenvolvimento do professor e de seu trabalho. Diante dessas dificuldades, o professor fica preso para exercer suas funções de educador pelas más condições que lhes são oferecidas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Daniela Os desafios da educação inclusiva: foco nas redes de apoio, fevereiro de 2013. *Revista Nova Escola*, 2017. Disponível em: [www.novaescola.org.br](http://www.novaescola.org.br). Acesso em: 03/08/2017
- ARANHA, Maria Salete Fábio, *Inclusão Social e Municipalização. (Documento mimeografado)*. Programa de Pós-graduação em Educação, UNESP – Marília. Acesso em 15/05/2014.
- BISOL, Cláudia Alquati; PEGORINI, Nicole Najj. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. *Caderno Pesquisa*, v. 24, n. 1, p.1-9, 2017
- BRASIL, Ministério da Educação. *Documento Subsidiário: a política de inclusão*. Secretaria de Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- \_\_\_\_\_, Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: Ministério da Educação, 2001
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Experiências Educacionais Inclusivas - Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Brasília DF: Ministério da Educação, 2006
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Saberes e práticas da inclusão - Recomendações para a construção de escolas inclusivas*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- CARVALHO, Marisa Borges Wall Barbosa de; BONFIM, Maria Núbia Barbosa. A educação especial no Maranhão: apontamentos históricos. *Caderno de Pesquisa*, São Luís, v. 23, n. Especial, set./dez. 2016.
- DELLANI, Marcos Paulo; MORAES, Deisy Nara Machado de. Inclusão: caminhos, encontros e descobertas. *Revista de Educação do IDEAU*. v.7, n.15, p. 1-15, 2012.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, vol. 22, núm. 57, p.1-15, 2010.
- MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. *Educação Especial e Educação Inclusiva: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo*. VIII ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO/ III CONGRESSO INTERNACIONAL TRABALHO DOCENTE E PROCESSO EDUCATIVO. 22 a 24 de Setembro de 2015. Anais... Universidade de Uberaba, Uberaba: EDUBE, 1-8p, 2015.
- PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educação Inclusiva*, n. 33, p. 143-156, 2009.
- QUIXABA, Maria Nilza Oliveira. *A Inclusão na Educação: Humanizar para educar melhor*. São Paulo: Paulinas, 2015.

SANTOS; Paulino. Inclusão em Educação: uma visão geral. In:\_\_\_\_\_. (org). *Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 11 – 29.

SANT'ANA. Izabella Mendes. Educação Inclusiva: Concepções de professores e diretores. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CAMPUS VII CODÓ –MA  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA – 2011.2  
INCLUSÃO DOS ESTUDANTES DEFICIENTES FÍSICOS NAS ESCOLAS DO  
BAIRRO SÃO PEDRO DO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA  
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO 1

### **QUESTIONÁRIO 1**

#### **QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES:**

- 1-QUAL SUA HABILITAÇÃO E QUAL A MATERIA VOCÊ LECIONA?
- 2-VOCÊ SABE O QUE É UM DEFICIENTE? O QUE VOCÊ ENTENDE POR DEFICIÊNCIA FÍSICA?
- 3-A ESCOLA EM QUE VOCÊ TRABALHA ESTÁ PREPARADA PARA RECEBER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?
- 4-VOCÊ RECEBE ALGUM TIPO DE TREINAMENTO PARA TRABALHAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA?
- 5-NA SUA SALA, TEM ALGUM ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA?
- 6-O QUE VOCÊ ACHA QUE A ESCOLA DEVE FAZER PARA ATENDER MELHOR ALUNOS COM ALGUMA DEFICIÊNCIA FÍSICA?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CAMPUS VII CODÓ –MA  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA – 2011.2  
INCLUSÃO DOS ESTUDANTES DEFICIENTES FÍSICOS NAS ESCOLAS DO  
BAIRRO SÃO PEDRO DO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA  
**APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO 2**

**QUESTIONÁRIO 2 PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO BAIRRO SÃO  
PEDRO**

1. Nome?
2. Endereço?
3. Grau de escolaridade?
4. Idade?
5. Com quem vive?
6. Qual deficiência?
7. Tem laudo médico?
8. Desde quando tem a deficiência?
9. Acompanhamento médico?
10. Maiores obstáculos?
11. Benefício INSS?
12. Frequentou alguma escola?
13. Qual o nome da escola?
14. Você gostou da experiência escolar?
15. Gostaria de trabalhar?
16. Quais são suas dificuldades para sair de casa?
17. Como convive com a sua deficiência?
18. Gostaria de frequentar a faculdade?
19. A escola esta adaptada / preparada para receber pessoas com deficiência?
20. A escola ajudou no seu desenvolvimento?